

# Portugal-Alemanha: Fernando Pessoa?

Fernando Ribeiro

CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores

## I

E na memória, a frase batida: «Minha Pátria é a língua portuguesa» (Pessoa 1995: 141), ilustra o quanto Pessoa advogou a Língua Portuguesa em «linguagem simples» como via única – como elucida em «Os preceitos práticos em geral e os de Henry Ford em particular» – da verdade:

A verdade não vale menos dita com um sorriso do que dita com um ar severo. Pela mesma razão que não pesa mais um argumento exposto em linguagem erudita do que um argumento exposto em linguagem simples. É tudo ma questão de modo de dizer, e mais nada.

(Pessoa 1986 a: 121)

Ilustrando ainda no mesmo artigo<sup>1</sup>, quanto a cada homem cabia utilizar razão respectiva para elaborar «preceitos, máximas ou normas intelectuais, para a condução, geral ou particular, da vida.» (Pessoa 1986 a: 122)

Naturalmente, Pessoa pretendia unicamente encaminhar Portugal para o seu próprio trilho – o do «povo mais civilizado da Europa» – no qual a «essência da civilização» (Pessoa 1986 b: 84, 116) fosse objectivo primordial, porquanto só pelo «desenvolvimento da largueza de consciência» (segundo o

<sup>1</sup> Fernando Pessoa, 1926. «Preceitos práticos em geral e os de H. Ford em particular», in *Revista de Comércio e Contabilidade* n.º 6,

historiador Lamprecht citado por Pessoa)<sup>2</sup> (Pessoa 2000: 373), poderia Portugal distanciar-se das más influências em seio da Europa e fortalecer genuína «mentalidade portuguesa»: «uma cultura germânica à portuguesa», qual «um *weltanschauung*» próprio do «universo português», assim o declara, em 26 de Abril de 1919, ao médico Francisco Fernandes Lopes (Pessoa 1986c: 134)

Bastaria atentar na «tendência moderna para a organização», exercitando a «inteligência»<sup>3</sup> (Pessoa 1986: 120) a qual, uma vez aplicada à poesia faria com que esta evidenciasse condição respectiva de «organismo artificial [o qual] só por metáfora, ou em linguagem translata» se pode dizer que tem vida, assim se tornando «remodelável» e «possível a preparação para o inesperado, digamos mesmo a preparação para o imprevisível» (Pessoa 1986: 118), pois como objecto, no qual o «organizar» – «fenómeno intelectual» – é função para «aceder à coesão e vitalidade do conjunto», o qual, pleno de vida natural, é espaço de complexidade de funções». Referindo-se embora em «Princípios gerais de organização em especial económica» – (Pessoa 1986a: 117,116), Pessoa permite-nos pensar na poesia moderna como momento de linguagem perspicua e simples, rendida porém à realidade sociológica portuguesa, capaz de criar nova «verdade» desde se predispu- sesse interpretar-«explicar», por linguagem translata, em vez de narrar factos, políticos – não passando estes, para si-próprio, de «impressões », sobre as quais apenas se pode argumentar (Pessoa 1979 a: 242). Porque, como Pessoa afirma em «Introdução» a «O sentido do sidonismo»: «Não há factos, há só interpretação dos factos. [...] Certos argumentos são bem feitos, porque os factos são apenas os argumentos.» (Pessoa 1979a: 242).

E para quê pretenderia Pessoa sublinhar a importância da organização quando, preto no branco, afirma a necessidade de «organiza[re]m-se organizações de modo a organizar também organizadores» (Pessoa 1986a: 118) ?

O visar tão singularmente que Portugal soubesse dotar-se de escol com capacidade para, e condição de, tal, i.e., apto a usar inteligência prática e, por isso, sabendo «adaptar-se à vida», emulá-la e simultaneamente organizá-la (Pessoa 1986a: 117-119).

Em função deste seu princípio, praticava exímio arte pelo «*detachment* – o poder de afastar-se de si mesmo» (Pessoa 1986 b: 116), havendo já pela voz de semi-heterónimo, Bernardo Soares, -presumivelmente, segundo António Quadros, após 1929 – afirmando não alimentar, face a tal, ilusões, porquanto, a poetas e filósofos atribuía «visão prática do mundo.» (Pessoa 1995: 247)

<sup>2</sup> Fernando Pessoa, 1928. «O Provincianismo português», in *Notícias Ilustrado* n.º 9. Lisboa.

<sup>3</sup> Fernando Pessoa, 1926. «O verdadeiro processo é pensar». In *Revista de Comércio* n.º 4.

## II.

Nunca renunciaria ao patriotismo, que o fazia declarar-se com «Pátria para amar» (Pessoa 1986: 95), para a qual vislumbrava «muitos maiores destinos» (Pessoa 1986: 96) que os inexistentes em «gente inteiramente desprezível e antipatriótica», que integrava o grosso dos radicais «Democráticos» da I República, – como afirmou em «Carta a um herói estúpido» (1915-1916) (Pessoa 1986: 95) – ou o conjunto de «ladrões e incompetentes» seguidores de «tradições (...) de gatunagem e incompetência» como denunciava haver sido o regime monárquico. (Pessoa 1986: 92)

Persistia e insistia na resistência à «sucata ideológica», com que via estar a República portuguesa, recentemente implantada, enformada, o que levava a apelidá-la de «pré-república» apoiante dos Aliados e sem ideias de «Portugal Novo», porque vazia de qualquer «conceito de nacionalidade»; o que assim o levava a pugnar por «Nova Alma Portuguesa» (Pessoa 1986: 96,95,92-94).

Considerava, embora, terem os republicanos posto termo aos abusos da Monarquia em Portugal, mas sem haverem demonstrado ter sabido resolver «o problema da ordem» – *Considerações pós-revolucionárias* (provavelmente de 1910-1911-1912) (Pessoa 1986: 59) – nem se terem dado conta do quão imprescindível seria formar «partido prático e apto a governar» consciente e inteiramente capaz de «uma administração sã», novo, com sentido de futuro e modernidade, mal fosse ultrapassada a fase do «período revolucionário». (Pessoa 1986: 48-49,60)

No fundo, Pessoa duvidava da adequação das instituições republicanas ao estado de amadurecimento do Portugal coetâneo (Pessoa 1986: 49-50; 59-60), durante o qual a «intranquilidade permanente», a «conspuração espiritual» e a anarquia eram timbre de régimen administrado por partido republicano suporte da República: «demasiado socializante, demasiado não nacional e demasiado político». (Pessoa 1986: 51,60)

Pugnava, isso sim, pelo esclarecimento das diferenças entre o «espírito monárquico» e o «espírito republicano» para que mais facilmente se acesse ao «verdadeiro caminho» da «democracia portuguesa», refere-o em «República e religião» (Pessoa 1979a: 157-158)

Não poderia defender regime político, no qual organização do poder nacional acontecesse, quer por tirania, quer por democracia: domínio de partidos ou minorias – como assinala em acervo de textos sobre república aristocrática intitulado *Para uma república aristocrática-prolegómenos teóricos* coligidos por António Quadros (Pessoa 1986a: 101-102), mas antes e sempre enquanto forma, adequado aos tipos de nação e época. Regime

político cuja doutrina não prejudicasse «a existência das sociedades e o bem-estar social» (Pessoa 1986a: 98,101,102).

Achava imperioso apenas os «mais competentes» exercessem o poder (Pessoa, 1986a: 98-99) não para governar, mas antes, sob forma colegial, para seleccionar governo (Pessoa 1986 a: 98-99). Tal colégio de elite, defendeu Pessoa enquanto escudo contra oligarquia corrupta e absolutista: este «escol do escol» ou «oligarquia dos melhores» consolidaria o mais perfeito dos sistemas políticos – o mesmo que designava por «república aristocrática» (Pessoa, 1986a: 103).

### III.

Pessoa almeja elevar o nível da «opinião pública» e contribuir, deste modo, para o apuramento da educação em Portugal e correspondente criação de uma «cultura portuguesa», aumento de mundividência – «um “Weltanschauung”, um conceito do universo português [...] um *Weltanschauung* português no sentido estreito de uma “cultura germânica”» (Pessoa 1999: 275) – para que, em vez da barbárie totalitarista, se acesse à «essência da civilização» (Pessoa 1986b: 116) e se constituísse «uma cultura universal portuguesa» com o objectivo de «aliviar de más influências a mentalidade portuguesa» (Pessoa 1999: 275). Declara, por isso, guerra ao provincianismo como deixa patente em «O Provincianismo português»<sup>4</sup> e, sobretudo, em «O Caso mental português»<sup>5</sup> (Pessoa 1986b: 117-122).

Contrário a regimes, nos quais grassasse «a Ignorância, o Fanatismo e a Tirania» (Pessoa 1986 c: 253), pugnava pela defesa da sua Pátria (Pessoa 1986c: 253), considerando o sistema monárquico acima referido, como o mais ajustado à sua Nação, porque tomava Portugal como «organicamente imperial» – assim declara em «Nota Biográfica», Lisboa, 30 de Março de 1935, (distanciando-se rigorosamente de folheto publicado em 1928 e intitulado «O interregno». (Pessoa 1986c: 253)

Em mente, sempre a questão nacional: «Como pois se reforma uma sociedade?», assim se interroga em 1927-1928, – como patente em «esboço do que será opúsculo intitulado *O interregno* e que surgiu, segundo A. Quadros, como «primeira reacção [...] ao movimento militar do 28 de Maio» em obra que este intitulou «Toda a revolução é essencialmente inútil» (1927-1928) – sem isolá-la da questão europeia nem tão pouco deixar de sublinhar quanto

<sup>4</sup> Fernando Pessoa, 1928. «O Provincianismo português», in *Notícias Ilustrado* n.º 9. Lisboa.

<sup>5</sup> Fernando Pessoa, 1932. «O caso mental português», in *Fama* n.º 1. Lisboa.

qualquer «indivíduo é um produto de dois factores – a hereditariedade e o meio». (Pessoa 1986 a: 40-41)

A Europa moderna carecia de unificação, decorrente embora da sua condição de união de várias pequenas forças, nas quais a existência, quer de cidades-estado – «dos antigos» – autónomas, quer a consolidação organizada das suas almas individuais cabia perfeitamente. (Pessoa 1993: 273)

Se porventura concedia estar naquele tempo, I Grande Guerra, a Europa sob domínio esmagador de cultura e povo fortes, o alemão, não menos vislumbrava nascimento de outra Europa, mais unida, disciplinada e fecunda dentro do espírito pagão, suficientemente pujante para aniquilar «o espírito da igreja», o cristismo-cristianismo que considerava responsáveis por decadência e cosmopolitismo grassando em seu continente. (Pessoa 1993: 273-274)

À Alemanha reconhecia o mérito de ter unificado «civilização europeia em torno do lema: «Freiheit durch Einheit» – (Liberdade pela Unidade) – e assim favorecido o dilecto recrudescimento de individualismo pagão. (Pessoa 1993: 273)

Considerava tão somente a cultura alemã como via para «se poder chegar, dolorosamente e castigadamente, outra vez à cultura clássica» (Pessoa 1993: 273), tomando-a por indispensável à «repaganização do mundo moderno» (Pessoa 1993: 273), o qual tinha por falho «na subordinação do espírito individual à fenomenologia geral da Natureza» (Pessoa 1993: 273) – ainda que tomasse igualmente a Alemanha como representante da moderna corrente europeia que, por tender a afastar o homem da sua individualidade, apenas realizou «missão imperialista nacional» (Pessoa 1993: 273-4) apesar de lhe reconhecer, sobremodo, valor enquanto estímulo para afirmação de «vitalidades nacionais». (Pessoa 1993: 273-274) Momento delicado porquanto considerava «o grande problema do estado futuro»: «organizar sem oprimir» e sem ferir a liberdade. (Pessoa 1980: 237)

Pessoa enaltecia a Alemanha por considerá-la como «talvez a maior das nações “distribuidoras” de civilização» (Pessoa 1980: 242); defendia-a enquanto essencial ao «varrer dos ideais democráticos, humanitários e utilitários» presentes durante a I República (Pessoa 1980: 240), porquanto via na nação alemã paradigma, quer de forte disciplinar, organizar, civilizar, quer de «carácter de estado hegemónico e guerreiro «a Prússia, “Kriegsstaat” (Estado pela Guerra), como diz Treitschke » (Pessoa 1980: 237),- «estado com consciência civilizacional de si próprio» e de «tendência universalista da sua cultura» (Pessoa 1980: 238; 237) – demonstrados cabalmente no momento histórico coevo. Acrescia defender liderança de «aristocracia forte», de escol, que combatesse «a podridão humanitária, democrática» e a traição à fortaleza

«da nossa alma nacional» perpetradas por mão de «burguesismo nacional» e alienado de acção civilizacional de Portugal, enquanto ia renegando o «nosso grande papel na construção do novo mundo». (Pessoa 1980: 239)

Atinha-se Pessoa, afinal, à defesa de objectivos motivadores do louvor à condição imperialista-militarista alemã de então (Pessoa 1980: 238-239), por tomar como urgente acabar com a decadência em seio de Europa cujas ambições imperialistas e comerciais praticadas radicavam ora na teoria igualitária, esgotada nos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, e oriunda da Revolução Francesa, ora nas teorias do individualismo, segundo as quais a alma humana aspirava ao divino, à imortalidade desfrutando de livre-arbítrio – quais causas de agudização da turbulência e complexidade nacionais. (Pessoa 1986: 137)

Em vez dos «princípios emanados da Revolução Francesa» suporte de democracia igualitário-humanitarista, Pessoa perfilha o princípio anti-cristão suporte de regime republicanista, individualista, liberalista, inédito – «É escusado acentuar que esse regime variará de nação para nação e, em cada nação, de época para época» –, assim refere em texto intitulado por A.Quadros «O melhor regime político» (Pessoa 1986a: 98) –, no qual fosse respeitada a «mais fundamental das liberdades, que é a de viver.» (Pessoa 1986a: 93), tal qual escreve em «O nacionalismo liberal», provavelmente dos anos trinta (Pessoa 1986a: 93); a sua condição de apoiante do liberalismo leva-o a condenar toda a restrição dos direitos e liberdades individuais por não conceber sociedade e nação livres sem a «segurança», i.e., o garante da respectiva «Ordem interna do país, como sociedade» e do prestígio interno ou externo do país, como nação (Pessoa 1986a: 92-93).

Pessoa assume tão-somente «dizer alto e claro ao povo português qual é a verdade portuguesa sobre a guerra» – tal qual assevera em resposta a artigo escrito por João de Barros e publicado em *O Mundo* a 10 de Julho 1915 (Pessoa 1980: 198-199) -: a forma de aliança da alma portuguesa com a sua congénere alemã durante a Grande Guerra; para si «a alma portuguesa deve estar com a sua irmã, a alma germânica, na guerra presente» (Pessoa 1980: 200), assim o entendia, por lhe ser indispensável «aclara um pouco ao povo português qual deva ser [...] o sentido do seu destino». (Pessoa 1980: 199)

Pretende reconstruir o imperialismo português em consociação com a Alemanha sob a forma de associação espiritual.

Advogava Portugal emulasse a Alemanha tendo em conta:

1. a «nítida obra civilizacional alemã do passado [...] a Reforma» (Pessoa 1980: 202),
2. o «desenvolvimento organizado do actual Império Germânico. (Pessoa 1980: 202)

Noções, das quais Portugal não deixaria de ter consciência uma vez que no passado havia já experimentado com as Descobertas «a ideação científica delas, a construção do conjunto das descobertas como obra civilizacional» (Pessoa 1980: 220) – sendo por isso exequível «construção da nacionalidade futura» – in «Resposta ao apelo de J. de Barros» (Pessoa 1980: 203) – como deixou escrito em «A guerra alemã.- Investigação Sociológica da sua Origem e Sentido», Fundamentos da Civilização Europeia. A Guerra Alemã) – para se restituísse à Pátria alemã a nítida individualidade do país conforme toda a sua grandeza imperial (tal como foi iniciado no caso alemão a partir de 1871). (Pessoa 1980: 203,202,223-225)

Salientava em «A Europa moderna sociologicamente considerada – Alemanha e a guerra» residir o valor da nação alemã no facto de o seu estado ter tomado «consciência civilizacional de si próprio» (Pessoa 1980: 238) mais do que qualquer outro estado europeu – inclusive o inglês que apenas soube criar um imperialismo expandindo-se sem «civilizar» o «espírito de expansão» (Pessoa 1980: 238) – e por ter sabido «organizar o império» (Pessoa 1980: 238): eis o que considerava igualmente urgente para Portugal carente dessa «orientação metódica e científica» hodierna, mas já patente aquando da realização do espírito das Descobertas (Pessoa 1980: 202). Acerca desta nação, constata Pessoa – sob voz de Álvaro de Campos, assinando «Como organizar Portugal»<sup>6</sup> – respectiva «aplicação inteligente e estudada dos princípios de organização» (Pessoa 1979b: 98) motivo bastante de inveja dos seus inimigos, os aliados. Contudo, em vez de enaltecer as forças e valentia demonstradas pelos germânicos durante a Guerra, destaca antes o carácter próprio e manifesto em qualquer situação: «[...] não da perícia especial dos seus chefes militares, mas de ser na guerra o que era na paz, e na disciplina particular da vida guerreira o que era no geral de toda a sua vida»<sup>7</sup> in Álvaro de Campos: «Como organizar Portugal», in *Acção* nº1 – Maio 1919 ) (Pessoa 1979 b: 98).

A admiração de Pessoa pela Alemanha nasce do facto de Portugal não ter sabido quer ultrapassar a decadência, implantando, aquando da revolução, «uma coisa igual ao que já estava» – como profere em «Crónica da vida que passa...» publicada em *O Jornal* de 8 Abril 1915 (Pessoa 2000: 110) –, quer preservar «nação de gente com existências individuais» (Pessoa 2000: 109), mas alimentando no português:

<sup>6</sup> Fernando Pessoa, 1919. «Como organizar Portugal». In *Acção* n.º 1.

<sup>7</sup> *Ibid.* 98

1. agir e pensar «sempre em grupo» ( Pessoa 2000: 109)
2. submissão de individualidade à autoridade do chefe: «Como os alemães, nós esperamos sempre pela voz de comando. Como eles sofremos da doença da Autoridade [...]». (Pessoa 2000: 109)

Apesar de encontrar estas mesmas características no povo alemão, anota que este último soube, ao contrário do português, elevar «a disciplina social (...) a um sistema de estado e de governo» (Pessoa 1979b: 76).

A Alemanha ilustra, segundo Pessoa – ainda em «A Europa moderna sociologicamente considerada – A Alemanha e a guerra» -, o modelo a seguir por Portugal: «Realizemos em nossa alma a vinda de D. Sebastião [...] seguindo as pisadas da Alemanha, e levando a obra mais além – obra pagã, obra anti-humanitária, obra de transcendência e de elevação, feita através daquela crueldade para com nós próprios que o espírito de Nietzsche [...] viu ser a base de todo o sentimento do Império». (Pessoa 1980: 239)

#### IV.

Atentemos em paradigma de «adaptação ao meio» indispensável a sobrevivência económica ou comercial em ambiente adverso apresentado por Pessoa, em artigo intitulado «Essência do comércio – Estudo económico, psicológico e social dos mercados»<sup>8</sup> (Pessoa 1986a: 141,142) quando anota haverem casas exportadoras alemãs à compita com firmas exportadoras inglesas, arrasando o tradicionalmente garantido mercado de taças para ovos quentes (*egg-cups*) na Índia apesar de preço e qualidade não inferiores aos ingleses:

Os ovos das galinhas indianas eram [...] ligeiramente maiores que os das galinhas da Europa, ou, pelo menos das da Grã-Bretanha [...] Os Alemães notaram isto e fizeram taças ligeiramente maiores, próprias para receberem esses ovos. [...] Os alemães [...] tinham resolvido o problema de comer o ovo de Colombo. (Pessoa 1986a: 142)

A Portugal caberia no futuro:

– «construção de um imperialismo português» segundo o princípio da organização (Pessoa 1980: 238,237 – retomando «A Alemanha e a guerra»),

<sup>8</sup> Fernando Pessoa, 1919. «Essência do comércio – Estudo económico, psicológico e social dos mercados», in *Revista do Comércio e Contabilidade* n.º 3.



recuperando o espírito das Descobertas (Pessoa 1980: 202-203) – destruir a individualidade atrofiada, perseguindo missão «mais civilizada e a mais moderna» e «a mais moral e a mais patriótica» – ainda na supracitada «Crónica da vida que passa»<sup>9</sup> – (Pessoa 2000: 110); tratava-se da renovação de «grande mito nacional» – conforme em inquérito: «Portugal – Vasto Império, resposta ao inquérito realizado por Augusto Costa para *Jornal do Comércio e das Colónias*», publicada em 28-5-1926 e 5-6-1926 (Pessoa 1986 x: 165) – potência grande no futuro – «Portugal tem pois condições orgânicas para ser uma grande potência construtiva ou criadora, um Império» (Pessoa 1986x: 164), porque «terceira potência colonial» no presente. (Pessoa 1986 x: 164)

Agora em pleno Século XX, Portugal teria por missão a conquista, já não de novas terras, mas a «conquista das almas» (Pessoa 1986: 142); através da «Língua»: havia que lutar com denodo pelo novo «imperialismo de poetas [que] dura e domina» – superior ao de qualquer outro criado por políticos – porque «nem passaria nem esqueceria»<sup>10</sup>. (Pessoa 1986x: 179-80)

Esta sua estratégia, baseada no princípio segundo o qual está ao alcance de «povo, pequeno ou grande» a realização de um imperialismo, não pela força ou pelo domínio, mas pela «influenciação civilizacional» – à sua Pátria impunha-se a «construção de um imperialismo português». (Pessoa 1980: 238)

A unidade nacional recuperaria lugar em andamento civilizacional, ao voltar a conferir modernidade ao mundo como outrora acontecera, pois voltava a des-cobrir a «ideia de descoberta»<sup>11</sup>. (Pessoa 1986x: 177-8)

Compromisso com as «colónias», – as quais «não sendo uma necessidade, são contudo uma vantagem» – permitiria a Portugal potenciar suas prerrogativas como Império» tal como deu provas na sua relação com o Brasil<sup>12</sup>. (Pessoa 1986x: 165,163-164)

A lição da História leva Pessoa a desviar-se quer do modelo de «Imperialismo de Expansão» – colonização por territórios e raças, típico do Século XIX –, quer de «Imperialismo de Domínio» – conquista por campanhas militares típicas como as protagonizadas por César ou Bismarck e a eleger o

<sup>9</sup> Fernando Pessoa, 1919. «Crónica da vida que passa», in *O Jornal*.

<sup>10</sup> Fernando Pessoa, 1986x. «Império Português – Justificação do Império Cultural Português», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

<sup>11</sup> Fernando Pessoa, 1986x. «O Império Português – Tem Portugal Condições para ser uma potência espiritual?», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

<sup>12</sup> Fernando Pessoa, 1986x. «Inquérito: “Portugal Vasto Império”», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

Imperialismo de Cultura cujo escopo civilizacional se cumpre pela «absorção psíquica», porquanto a cultura produzida «domina desde o passado, *fica*» – como momento, no qual a nação realiza o seu respectivo império específico<sup>13</sup>. (Pessoa 1986x: 171-172)

Destaca, por isso, a Renascença enquanto propulsor do espírito em expansão pela Europa através daquele vórtice de cultura<sup>14</sup>.

A pertinência do Império de Cultura, realização cabal do «imperialismo da influência»<sup>15</sup> (Pessoa 1986: 139-141), deve-se à recusa dos padrões do burguesismo apoiados pelos Republicanos e sua «teoria política» em Portugal e à formação do novo mundo a edificar externamente na senda de uma «aliança espiritual com a Alemanha que, por ser nossa análoga psíquica, nos deve legar a continuação espiritual daquele imperialismo, daquela atitude anticristã»<sup>16</sup>. (Pessoa 1986: 141)

## V.

No entender de Pessoa, a missão espiritual de Portugal esgotar-se-ia na realização da grande «obra»:

1. «anti-cristã, anti-democrática, anti-católica, anti-monárquica»,
2. à luz de modelo político – contrário ao da Revolução Francesa e à desintegração social próprios das sociedades modernas: o do Estado Alemão<sup>17</sup>. (Pessoa 1986: 140-141)

Porque, neste estado, Pessoa vislumbrava o estado-regente hegemónico, de tradições guerreiras e imperialistas, de cultura com tendências universalistas, consciente da sua missão civilizacional cujo valor para Portugal era tanto mais paradigmático quanto soubesse distanciar-se da realização pela

<sup>13</sup> Fernando Pessoa, 1986x. «Império português – um império de cultura, um império de espírito – os três imperialismos de domínio, de expansão, de cultura», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

<sup>14</sup> Ibid. 174-176

<sup>15</sup> Fernando Pessoa, 1986. «A Alemanha e a Guerra», in *A Europa moderna sociologicamente considerada*, in *Páginas de Pensamento Político I*. Mem Martins, Europa-América.

<sup>16</sup> Fernando Pessoa, 1986. «A Alemanha e a Guerra – Do Estado militarista Alemão à Construção do Imperialismo Português», in *Páginas de Pensamento Político I*. Mem Martins, Europa-América.

<sup>17</sup> Ibid. 140-141.

força do modelo de Imperialismo e perseguisse a aproximação ao espírito germânico (Pessoa 1986: 140-1).

Para Pessoa, a Alemanha dava não só mostras de saber conciliar a organização comercial com a industrial como também «aplicar a actividade às coisas materiais e urgentes da vida», sobretudo por a forte organização do seu estado se fundar em educação baseada na disciplina e no trabalho e a sua ânsia de imperialismo denotar forte componente individual sustentada em «alegria, pelo esforço e pela vida»<sup>18</sup>. (Pessoa 1986: 131)

Do modelo alemão dever-se-ia Portugal apropriar, opondo-se, quer ao francês, quer ao inglês, no seu combate contra as forças cristãs, decadentes; adaptando-se às «condições fundamentais da vida social»<sup>19</sup> (Pessoa 1986: 136) – (apesar de campos ter invectivado contra Imperador W.II) – ciente, embora, estivesse Pessoa da pujança comercial associada ao predomínio financeiro e gritante necessidade de expansão como causas da Grande Guerra, bem como do ódio ocorrido nas grandes nações. (Pessoa 1986: 131)

Portugal, reconhecendo o valor do estado alemão, mais perto estaria da consolidação do espírito do paganismo ao despoletar a prevalência de princípios europeus como:

1. «Pátria acima da Civilização»;
2. O Estado acima do Indivíduo;
3. Cultura acima da disciplina;
4. Culto do patriotismo em todas as nações;
5. Criação de indivíduos edificadores de Estados fortes;
6. Cultura forte edificadora de disciplina forte;
7. Edificação de civilização grande.<sup>20</sup> (Pessoa 1986: 133-134)

O paradigma alemão leva, assim, Pessoa a enaltecer a mais-valia de civilização nova emergindo com as forças pagãs renascentes, na qual génios, sábios, criadores, inventores poderiam muito bem ter origem em Ibéria angular – berço de Portugal e Espanha<sup>21</sup>. (Pessoa 1986: 135)

Afinal, enquanto «grupo civilizacional», a Alemanha pautava-se, segundo Pessoa, pelo «desenvolvimento organizado» cujo estado conseguia manter

<sup>18</sup> Fernando Pessoa, 1986. «A Guerra Alemã.Causas», in *Páginas de Pensamento Político I*. Mem Martins, Europa-América.

<sup>19</sup> Ibid. 136

<sup>20</sup> Ibid. 133-134.

<sup>21</sup> Ibid. 135.

as forças sociais sob disciplina e de acordo com um relacionamento estreito e consciente entre as «forças intelectuais e as activas»<sup>22</sup>. (Pessoa 1986 x: 80). Pessoa via contradição entre os povos latinos e o alemão; Portugal não seria de integrar no seio dos povos latinos – entrando antes em colisão com nações incluíveis em tal grupo civilizacional europeu: o de povos latinos movidos a inércia e paixão favorecidas pelo clima quente – tal qual acontecia com o francês que herdara do romano «a lucidez, o brilho, a lógica simplificador» algo superficial cuja organização se baseava em «centralização indisciplinada»<sup>23</sup>. (Pessoa 1986x: 79-80)

Naturalmente, não assumia Pessoa a Alemanha como inimiga de Portugal; daí acabasse por defender a neutralidade de Portugal face ao conflito mundial. No entanto, desvalorizava afinal o papel, quer da Alemanha, quer da França –, quer também de Castela – em virtude de considerá-las meros distribuidores militares de civilização, distinguindo-as apenas como veículo de aperfeiçoamento – «nacionalização» – de criações alheias<sup>24</sup>. (Pessoa 1986 x: 90-91).

Preteria, quer a germanofilia de Castela, quer a francofilia portuguesa, preferindo Portugal emulasse, quer Itália, quer Inglaterra por considerá-las criadores de civilização, em virtude de terem potenciado harmonicamente os elementos fornecidos pela época e oferecido «síntese» da cultura recebida<sup>25</sup>. (Pessoa 1986x: 86)

Face a grau de civilização franco-germânico em conflito na I Grande Guerra, Pessoa apontava para modelo de «civilização ibérica», no qual o espírito «mediterrânico» se fundiria com o do «atlântico» criando um «grupo civilizacional ibérico» – «confederação ibérica» – promovendo a «ocidentalização» da Europa<sup>26</sup>. (Pessoa 1986 x: 82-4). Acreditava na complexidade e fecundidade necessárias ao favorecimento do ideário republicano independentemente de vir ou não a ser reimplantada a monarquia – nova – em Portugal e a ser mantida em Espanha, pois era-lhe cara a fundação de uma «união ibérica» compreendendo estados em situação de igualdade em referência à unidade constitucional<sup>27</sup>. (Pessoa 1986x: 81)

<sup>22</sup> Fernando Pessoa, 1986x. «Ibéria. Presumivelmente de 1916-18. Fragmentos para um ensaio. A não latinidade da Ibéria», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

<sup>23</sup> Ibid. 79-80.

<sup>24</sup> Ibid. 90-91.

<sup>25</sup> Ibid. 86.

<sup>26</sup> Ibid. 82-84.

<sup>27</sup> Ibid. 81.

Distintivo dessa futura civilização: a respectiva «maioridade civilizacional» – (Pessoa 1986x: 87), porque capaz de afrontar a Europa à medida que prescindisse da democracia de invenção francesa, em vigor em Portugal, da agitação laboral catalã de inspiração parisiense, da influência imperial da Santa-Sé e da germânica sobre Castela<sup>28</sup>. (Pessoa 1986 x: 87) Entendia, afinal, o grupo civilizacional Ibéria – cujas nações catalã, castelhana e galaico-portuguesa (Pessoa 1986x: 82-83) constituiriam a «Confederação Ibérica» à luz da reconstrução de período áureo pretérito, a fim de erigir uma «ibericidade espiritual» qual lábaro de «imperialismo de cultura» aglutinador dos territórios na América Central e Sul e magnetizador dos territórios do Norte de África<sup>29</sup>. (Pessoa 1986 x: 84)

No Estado Ibérico, dissolver-se-iam Portugal e Espanha após reformas internas urgentes para consumir, quer a:

1. destruição militar de França e Itália, quer
2. o estatuto da Península Ibérica como grande potência.

A futura civilização na «nova península» testemunharia a assimilação do «espírito árabe»<sup>30</sup> (Pessoa 1986x: 83-84) em harmonia com o romano, em função da desejada defesa no Novo Mundo – «larga extensão da América» – da «da tradição civilizacional ibérica» (Pessoa 1986 x: 94), desde que não deixasse de se fomentar a aliança com Inglaterra – «único país civilizado da Europa» – uma vez ser do maior alcance o reconhecimento além-Pirinéus<sup>31</sup>. (Pessoa 1986x: 90)

Pessoa entendia assim a urgente sinergia de espaços, porquanto via no cosmopolitismo o modo mais directo de resolver as fraquezas ibéricas: a frágil educação cuja reforma levaria à criação de novas literatura e filosofia de consolidação capital, à edificação de civilização moderna, da qual só um regímen político liderado por aristocracia de cultura e carácter poderia ser o insigne rosto politicamente republicanista.

<sup>28</sup> Fernando Pessoa, 1986x. «Para Construir a Ibéria», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

<sup>29</sup> Fernando Pessoa, 1986x. «O Problema Ibérico», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

<sup>30</sup> Ibid. 83-84.

<sup>31</sup> Fernando Pessoa, 1986x. «Ibéria. Presumivelmente de 1916-18. Fragmentos para um ensaio. A não latinidade da Ibéria», in *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem Martins, Europa-América.

Aplaudia afinal todo o esforço de harmonia disposto a superar cizânia cultivada entre estas duas nações:

- reconhecimento de personalidade política de ambas,
- assumpção da condição única de síntese entre a cultura ibérica-romana-árabe<sup>32</sup>. Pessoa 1986 x: 90)

Notáveis, a volubilidade e determinação na defesa de princípios políticos que Pessoa-sociólogo denuncia e pelas quais simultaneamente revela aparentes contradições.

A defesa de Imperialismo de Cultura em consociação com Espanha como forma de afirmação internacional, corroborando regímen republicanista liderado por elite aristocrática «matutina», sem menosprezar o apoio de Inglaterra nem deixar de enaltecer as capacidades disciplinadamente organizadoras ingénitas da nação alemã, denunciam obsessão maior:

1. criação de Supra-Portugal, após
2. superação da corrupção aceite pela Monarquia, seguida da
3. superação da desordem permitida pela República em Portugal.

Como intelectual, mas homem prático, Pessoa giza equilibrado plano-fiel entre liberais e conservadores sem deixar de ter em conta o passado da nação portuguesa.

A sua postura teórica como «perscrutador cultural» (Pessoa 1966: 76) não surpreende quando em «Nota» – presumivelmente do ano de 1935 – confessa estarem sempre, no alvo das suas intenções, as suas Pátria e Nação portuguesas, apesar de logo em (1908) manter o propósito de melhorar «o estado de Portugal» (Pessoa 1966: 437).

Mas como homem prático, Pessoa lutava assim contra a «morte da nacionalidade» e o «aluir anárquico e impotente da nacionalidade geralmente pela intervenção de outros países» tal qual declara em opúsculo, provavelmente de 1915, «A oligarquia das bestas» (Pessoa 1986: 74).

<sup>32</sup> Ibid. 90.

## VII.

Em «Considerações pós-revolucionárias» (de 1910-1911-1912), Pessoa assume como imprescindível a revolução em função do «ressurgimento nacional» acontecido (Pessoa 1986: 39-40).

Acredita, assim, no papel de destaque a ser desempenhado pela literatura com vista a consecução deste objectivo: lutar efectivamente contra a «morte da nacionalidade» – afirmou-o, provavelmente em 1915, no opúsculo intitulado «A oligarquia das bestas», no qual denunciou a «intervenção de outros países» naquele «aluir anárquico e impotente da nacionalidade» (Pessoa 1986: 74), não sem deixar de reconhecer à Nação Portuguesa a letargia causada por «tão pavorosa decadência moral». (Pessoa 1986: 39)

Moderno, não desdenha apontar o «grande mal dos modernos»:

1. «ter perdido o senso comum sem ter aprendido a raciocinar»
2. «o termo-nos desligado do passado sem nos termos adaptado ainda ao futuro.» (Pessoa 1986: 48)

Enquanto síntese de tudo, a literatura seria objecto de criação, no qual o universo – espaço por definição de sensações, acção, verdade e valores – estaria vivo pela via da sua densidade organizadora. Pessoa dá, consequentemente, primazia ao sentir-compreender como via própria a sua poesia socialmente «útil» (Pessoa 1966: 74-76), pois como bem esclareceu:

1. corresponderia à natureza das sociedades o serem «conduzidas por agitadores de sentimentos, não por agitadores de ideias» (Pessoa 1966: 76);
2. comportaria toda a ideia apenas a verdade-matéria para «um belo argumento» (Pessoa 1966: 76);
3. cumpriria a toda a obra de investigação em matéria social ser apenas socialmente útil em forma de arte<sup>33</sup>. (Pessoa 1966: 76)

Da natureza do acto de comunicação: o sentir; não concebendo Pessoa qualquer relação com o universo, caso não actuem os sentidos, pois sem sentir não reconhece poder existir comunicação<sup>34</sup> (Pessoa 1966: 216-217) e só a partir desta poderá ser veiculada, quer a interpretação, quer a oposi-

<sup>33</sup> Fernando Pessoa, 1966. «Nota», in *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Lisboa, Ática.

<sup>34</sup> Fernando Pessoa, 1966. «Para Orpheu», in *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Lisboa, Ática.

ção «à realidade social sua coeva» como expressa em «Os fundamentos do sensacionismo» (ca.1916). (Pessoa 1966: 167)

O poeta sensacionista artifice da emoção – como artista e homem igual a qualquer cientista, político, comerciante, apenas – deveria levar em conta, o quanto bastasse, o fim social da arte e respectiva função adentro da vida social (ao sociólogo, a especulação sobre a vida social; ao cientista, a verdade; ao político, atento à vida prática, a moral). (Pessoa 1966: 201-202)

Na realidade, pela voz de Pessoa-Caeiro, sobretudo pelo «valor dos versos» que nascem com a naturalidade de uma realidade auto-imposta ao poeta, porque é «independente da sua vontade», a poesia representa-se como discurso símplice, porque fruto de «pensar sem esforço», i.e., fruto de não pretender o poeta traduzir teses, ideias, teorias prévias e dirigistas e ilustração de quaisquer utopismos.

O discurso poético de Pessoa, por Caeiro, comunicaria por palavras enquanto estas representassem dramaticamente o existir plácido, abnegado, concreto e criado à luz da «sinceridade» maior, a ser transmitida pelo discurso poético:

Eu vejo ausência de significação em todas as coisas; (p.79)  
 [...]
   
Ser uma coisa é não ser susceptível de interpretação (p.79)  
 [...]
   
É a minha descoberta de todos os dias.(p.81)  
 Cada coisa é o que é, (p.81)  
 [...]
   
Se o que escrevo tem valor, (p.82)  
 [...]
   
O valor está ali, nos meus versos.(p.82)  
 Tudo isso é absolutamente independente da minha vontade.(p.82)  
 (Pessoa/Caeiro 1978: 79-82)

O vento falará mentira. Mas dirá verdade, se apenas falar enquanto vento e não projecção emocional de sujeito:

Nunca ouviste passar o vento  
 O vento só fala do vento  
 O que lhe ouviste foi mentira  
 E a mentira está em ti.  
 (Pessoa 1978: 39)



Pessoa-Bernardo Soares deixa claro pretender ensinar não só aos mortos «as verdadeiras regras do viver». (Pessoa 1998: 198)

«Pseudonimamente», também pela «obra Caeiro-Reis-Campos» (Pessoa 1986c: 97) – o «se outrar» (Pessoa 1986b: 185) fá-lo ciente de estar erigindo não só «corrente com influência possível» como também «influência possível benéfica [...] nas almas dos outros.» (Pessoa 1986c: 97)

Ou como Bernardo Soares disse no fragmento 191 do «Livro do desassossego», por Richard Zenith (Pessoa 1998: 198): «Um dia talvez compreendam que cumpri, como nenhum outro, o meu dever-nato de intérprete de uma parte do nosso século».

## VIII.

1. Pessoa vive, acima de tudo, a questão: Portugal e seu estado que nem considera «português» nem «decente», antes durante e após proclamação da República e entrada na I Grande Guerra; não se exime a denunciar a «imoralidade, apadrinhamento, desvergonha nos negócios escuros e crimes políticos» como declara, referindo-se ao período, durante o qual Sidónio Pais regeu o país. (Pessoa 1979 b: 129) Com amargura, sublinha ainda em «Relatório ao grémio de cultura portuguesa» não haver «em Portugal nenhum grupo ou partido, nenhuma reunião de homens duradoura ou ocasional capaz de gerir o país<sup>35</sup>» (Pessoa 1979b: 129)

No chefe místico da nação, não detectou capacidades para «romper com a cercadura de ladrões e assassinos» (Pessoa 1979b: 129); na sua nação, apesar de sabê-la de gente inteligente e erudita, não lhe encontrava a parte culta, contradição pela qual explicava a «tragédia de Portugal»<sup>36</sup>. (Pessoa 1979b: 80-82)

Afinal, entendia valiosa a «mobilização do espírito» e a soberana atitude sua manifesta: a cultura (Pessoa 1979b: 80-81), tomando por culto todo aquele que potencia «seu estado de alma» e «sente» (Pessoa 1979b: 81): para a salvação da sua Pátria atribuía soberba influência ao desenvolvimento da cultura, não da erudição. Como escreveu em *O Jornal*,<sup>37</sup>: Portugal precisava de «indisciplinador» para que a missão «fosse a mais moral e a mais patriótica» (Pessoa 1979b: 76-77), assente em educação da juventude carregada pelo

<sup>35</sup> Fernando Pessoa, 1979b. «Relatório ao Grémio de Cultura Portuguesa», in *Sobre Portugal – Introdução ao problema nacional*. Lisboa, Ática.

<sup>36</sup> Fernando Pessoa, 1979b. «Ecolalia Interior», in *Sobre Portugal – Introdução ao problema nacional*. Lisboa, Ática.

<sup>37</sup> Fernando Pessoa, 1915. *O Jornal* n.º 6.

« culto prolixo e doentio da vida interior» para torná-la aberta para a «civilização e para a vida»<sup>38</sup>; e assim se evitando decadência vivida aquando da implantação da República por excesso de veneração de ideais revolucionários franceses e «crististas» e sem precipitações nem violências enérgicas e apenas aplicando a sua «faculdade de experienciar, se soubesse tirar de tudo quanto se vê ou lê «elementos de originalização». (Pessoa 1979b: 81)

## 2. De Álvaro de Campos, 1917:

[...]

Homens, nações, intuits, está tudo nulo!

Falência de tudo por causa de todos!

Falência de todos por causa de tudo!

De um modo completo, de um modo total, de um modo integral:

Merda!

A Europa tem sede de que se crie, tem fome de futuro!

A Europa quer grandes Poetas, quer Grandes Estadistas, quer grandes Generais!

Quer o Político que construa conscientemente os destinos do seu Povo!

(Pessoa1986b: 91-92)

3. Pelo «império cultural», Portugal conduzirá à «paz em todo mundo» sustentada na «fraternidade» com «meio de comunicação igual – uma língua». (Pessoa 1986x: 179)

Lisboa, Tróia, Vimeiro  
Setembro de 2014

<sup>38</sup> Fernando Pessoa, 1915. *O Jornal* n.º 8.

## Referências Bibliográficas

- PESSOA, Fernando, 1966. *Páginas Íntimas e de Auto-interpretação*. Lisboa, Ática.
- , 1973b. *Páginas de Estética e de Teoria e Crítica Literárias*. Lisboa, Ática.
- , 1978. *Poemas de Alberto Caeiro*, Lisboa, Ática.
- , 1978a. *Poemas de Álvaro de Campos*. Lisboa, Ática.
- , 1979a. *Da República (1910-1935)*. Lisboa, Ática.
- , 1979b. *Sobre Portugal – Introdução ao Problema Nacional*. Lisboa, Ática.
- , 1979c. *Mensagem*, Lisboa, Ática.
- , 1980. *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*. Lisboa: Ática,
- , 1982. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*, vol. I. Lisboa, Ática.
- , 1982a. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares*, vol. II. Lisboa, Ática.
- , 1986. *Páginas de pensamento Político I (1910-1919)*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1986a. *Páginas de pensamento Político II (1925-1935)*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1986b. *Textos de Intervenção social e cultural. A Ficção dos Heterónimos*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1986c. *Escritos Íntimos, Cartas e Páginas Autobiográficas*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1986x. *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1989. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares II*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1993. *Pessoa Inédito*. Lisboa, Livros Horizonte.
- , 1995. *Livro do Desassossego por Bernardo Soares I*. Mem-Martins, Europa-América.
- , 1998. *Bernardo Soares – Livro do Desassossego*. Lisboa, Assírio e Alvim.
- , 1999. *Correspondência 1905-1922*. Lisboa, Assírio e Alvim.
- , 2000. *Crítica- Ensaios, Artigos e Entrevistas*. Lisboa, Assírio e Alvim.